CENTRO DE PESQUISA DO PANTANAL
Pantanal Research Center

Pantanal +10

UFMT

GECA

MCTI Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

GOVERNO FEDERAL BRASIL PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

A Pesca Profissional Artesanal
no Pantanal Norte Mato-Grossense Brasil

Nely Tocantins - Onélia Carmem Rossetto - Márcia Ajala Almeida

CENTRO DE PESQUISA DO PANTANAL
Pantanal Research Center
Pantanal +10
UFMT
GECA
MCTI Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
GOVERNO FEDERAL BRASIL PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte

T631p Tocantins, Nely.
A pesca profissional artesanal : no Pantanal norte mato-grosssense Brasil / Nely Tocantins, Onélia Carmem Rosseto, Márcia Ajala Almeida. – Cuiabá: Ed. do Autor, 2013.
32 p. : il. color. ; 21 cm.

Vários colaboradores.
Inclui bibliografia.

1. Pesca profissional artesanal – Pantanal-MT. 2. Pescador profissional artesanal – Pantanal-MT. 3. Pescador artesanal – Previdência social. 4. Pantanal Norte Mato-grossense – Pesca artesanal. 5. Pesca artesanal – Política pública. I. Rosseto, Onélia Carmem. II. Almeida, Márcia Ajala. III. Título.

CDU 639.2.053(817.2:252.6)

Ficha Catalográfica elaborada pelo Bibliotecário Jordan Antonio de Souza - CRB1/2099

"Permitida a reprodução parcial ou total desde que citada a fonte"

Fotos da capa: Nely Tocantins
Diagramação: Geminis Publicidade
GECA/ UFMT
Av. Fernando Correa da Costa, 2367
Instituto de Ciências Humanas e Sociais
Departamento de Geografia, Sala 16, Térreo
Cep: 78060-900, Boa Esperança
Cuiabá-MT
Tel.: (65) 3615-8475 Ramal: 220

AGRADECIMENTOS

Esta é uma publicação dos resultados de esforços conjuntos da **Equipe de Pesquisadores do GECA/Rede Pesca:** Nely Tocantins (Coordenação); Onélia Carmem Rossetto; Márcia Ajala Almeida; Arturo Alejando Zavala Zavala; Oscar Zalla Sampaio Neto; Ivonete Fernandes de Souza; Nicolau Priante; Débora Karla Marques; Elen da Silva Moraes, Gabriela Priante Teles Ávila. **Dos Colaboradores:** Elise**,** Giseli Dalla Nora; Leandro Luetkmeyer; Romário Damasceno; Rodrigo Takata; Melina Vaz, Sebastião da Silva, João Almeida, João Kosugue, Flavyane Borges, Jonatas, Ademir, Simone, Wellinton dentre outros bolsistas do curso de Geografia Licenciatura e Bacharelado/UFMT.
Dos **parceiros** por meio das **Instituições participantes do Projeto**: Grupo de Pesquisas em Geografia Agrária, Conservação da Biodiversidade do Pantanal (GECA)/Universidade de Mato Grosso/UFMT; Cooperativa de Artesãos e Pescadores de Pai André e Bonsucesso/MT (COORIMBATÁ); Secretaria de meio Ambiente do Estado de Mato Grosso (SEMA/MT); Sistema Integrado de Inovação Tecnológica Social (SITECS) /UFMT; Instituto Federal de Educação Tecnológica (IFMT/MT); UFMT - PROEG/PROPEQ/PROPG; Programa de Educação Tutorial (PET/UFMT); Escritório de Inovação tecnológica (EIT/UFMT); Centro de Pesquisas do Pantanal (CPP); Ministério de Ciência e tecnologia (MCT); Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA); Secretaria de estado de Cidades (SECID/MT); Secretaria de Estado da Copa (SECOPA); Secretaria de Planejamento do Estado de Mato Grosso (SEPLAN/MT); Secretaria de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar (SEDRAF); Associação dos Pescadores de Bonsucesso; Escola Municipal de Ensino Básico “Maria Barbosa Martins” - Bonsucesso/VG; Comunidade organizada de Bonsucesso, Colônias de Pescadores de Barão de Melgaço, Poconé. Santo Antonio de Leverger, Várzea Grande, Cuiabá, Federação dos Pescadores de Mato Grosso; Secretaria Municipal de Educação de Várzea Grande; Instituto Nacional de Seguro Social (INSS). Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA-MT), EMBRAPA/PANTANAL, Coordenadoria de Fauna e Recursos Pesqueiros (CFRP/SUB/SEMA-MT).

SUMÁRIO

1 - Apresentação 2

2 - Os pescadores Profissionais Artesanais do Pantanal Norte Mato-grossense.....3

3 - Trajetórias Construídas no Caminhar.....11

4 - Desdobramentos do Evento: a Ação Continua.....16

5 - Dificuldades da Pesca Profissional Artesanal na Voz dos Pescadores.....17

6 - Caminhos em construção.....22

7 - Conhecendo as Políticas Públicas.....24

8 - O Pescador Profissional Artesanal e a Previdência Social.....29

9 - Considerações Finais.....31

10 - Referências Bibliográficas.....32

1 - APRESENTAÇÃO

O Pantanal é uma área pontilhada por inúmeras modalidades de ocupação, de manejo e de interação dos seres humanos com o meio, entretanto, as atividades econômicas desenvolvidas nem sempre têm se mostrado adequadas às especificidades do ambiente, fato que tem ocasionado inúmeros impactos com sérias consequências para a sustentabilidade ambiental e sociocultural.

A prática de pesca profissional artesanal nas comunidades pantaneiras se mostra como um indicador da resistência de um aspecto da cultura e, também, como alternativa econômica para pessoas com baixa perspectiva de empregabilidade devido à pouca escolaridade e qualificação profissional para outras atividades. As escassas informações sobre indicadores sociais e econômicos dos pescadores, mesmo os filiados às colônias de municípios pantaneiros, dificulta a proposição de políticas públicas condizentes com o referido contexto, daí a importância do entendimento de aspectos dessa realidade para subsidiar a tomada de decisão e estimular a participação das comunidades locais nos processos decisórios.

Diante do contexto apresentado, a presente publicação resulta das ações desenvolvidas no âmbito do **Projeto Aspectos Socioeconômicos dos Pescadores de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul** apoiado pelo Centro de Pesquisas do Pantanal (CPP) e Ministério de Ciência Tecnologia e Inovação (MCTI) desenvolvido pelo Grupo de Pesquisas em Geografia Agrária e Conservação da Biodiversidade do Pantanal – GECA /UFMT. Nessa trajetória busca-se evidenciar o processo de construção coletiva que envolveu diversos atores sociais: pescadores artesanais profissionais, acadêmicos e pesquisadores da Universidade Federal de Mato Grosso-UFMT e instituições do poder público da esfera municipal, estadual e federal que, juntos, elencaram questões prioritárias e buscaram construir uma proposta que contribuísse para a sustentabilidade econômica e social dos pescadores e demais atores sociais que vivem no Pantanal Mato-grossense.

2 - OS PESCADORES PROFISSIONAIS ARTESANAIS DO PANTANAL NORTE MATO-GROSSENSE

O Pantanal Norte Mato-grossense (figura 1) é uma planície alagável com aproximadamente 49.294,98 km^2, pertencente à bacia hidrográfica do alto rio Paraguai, que nasce na Serra dos Parecis/MT e corre para o sul até encontrar com o rio Paraná. Seus principais tributários são os rios Sepotuba, Cabaçal, Jauru, Cuiabá, São Lourenço, Itiquira e Piquiri, cujas nascentes encontram-se nos planaltos, de onde trazem sedimentos, que vão se depositar na planície pantaneira. Muitos desses sedimentos tem origem no manejo incorreto dos solos. Possui alternância de períodos de seca e cheia, devido às estações chuvosas e secas bem definidas, que caracterizam clima de caráter estacional tropical úmido. A época mais chuvosa vai de janeiro a março, provocando enchentes na região (ADÁMOLI, 1986). Esse subir e descer das águas, conceituado como "pulso de inundação" por Junk et al, (1989) e sua importância na manutenção da biodiversidade pantaneira, é assunto abordado por diversos autores que trabalham com a mesma temática.

Definição de pesca e pescador profissional artesanal:

A pesca artesanal é definida a partir de uma série de características, além dos tipos de embarcações e equipamentos, sendo considerados outros critérios: como pequena escala de produção de pescado, a inexistência de vínculo empregatício formal e o fato de parte da produção ser principalmente destinada à sustentação econômica da família. Pode-se complementar ressaltando a inserção parcial dos pescadores em mercados locais, característica que os distingue dos pescadores vinculados a frigoríficos ou empresas de pesca (LEONEL,1998).

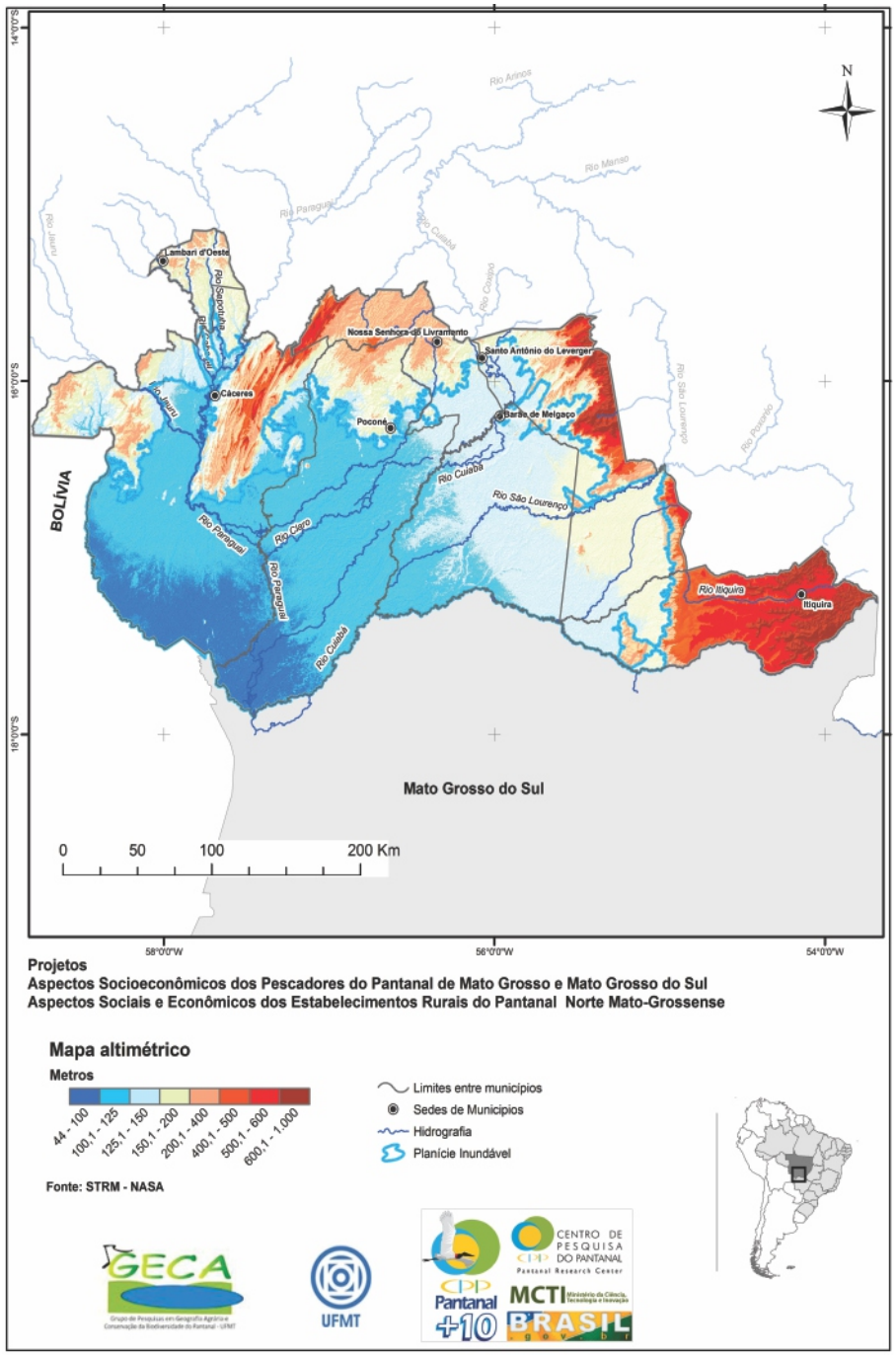


Figura 1 - Mapa das Altimetrias do Pantanal Norte-MT

O pescador (a) artesanal é o/a profissional que, devidamente licenciado pelo Ministério da Pesca e Aquicultura, exerce a pesca com fins comerciais, **de forma autônoma** ou em **regime de economia familiar**, com **meios de produção próprios** ou **mediante contrato de parcerias**, **desembarcada** ou com **embarcações de pequeno porte**. Para a maior parte deles o conhecimento é passado de pai para filho ou pelas pessoas mais velhas e experientes de suas comunidades (BRASIL,2012).

A principal forma de organização social dos pescadores são as chamadas Colônias. Segundo dados históricos, as colônias de pesca posteriormente chamadas de colônia de pescadores, constituem a forma de associativismo predominante na pesca artesanal. Estas tiveram origem em uma missão da Marinha de Guerra do Brasil, realizada na década de 1920 (RESENDE, 2010).

Segundo Santos (2005), dois grandes fatores contribuíram para esta atitude do Estado: a) no início do século XX o Brasil importava peixes, apesar de possuir um vasto litoral e uma diversidade de águas interiores; b) após a primeira guerra mundial, aumentou o interesse do Estado em defender a costa brasileira, assim, o discurso instituído para fundar as colônias teve por base a defesa nacional, não partiu portanto de participação da comunidade interessada.

Em 1986 foi criada a Federação dos Pescadores de Mato Grosso com objetivo de acompanhar a criação das colônias de pescadores, realizar um trabalho de sustentação e representação política em nível estadual e federal.

Até o ano de 2002 existiam 06 colônias de pescadores no estado de Mato Grosso, e em 2012, existem em funcionamento 18 colônias de pescadores (figura 2), que passaram a ser criadas desde a década de 1980, com as numerações de acordo com a época de sua criação.

Colônias de Pescadores do Estado de Mato Grosso

Colônia **Z-01** (Cuiabá), Colônia **Z-02** (Cáceres), Colônia **Z-03** (Rondonópolis), Colônia **Z-04** (Nobres); Colônia **Z- 05** (Barão de Melgaço); Colônia **Z-07** (São Félix do Araguaia); Colônia **Z-08** (Santo Antônio de Leverger); Colônia **Z-09** (Barra do Garças); Colônia **Z-10** (Barra do Bugres); Colônia **Z-11** (Poconé); Colônia **Z-13** (Rosário Oeste); Colônia **Z-14** (Várzea Grande); Colônia **Z-16** (Sinop); Colônia **Z-17** (Tesouro); Colônia **Z-18** (Araguaiana); Colônia **Z-19** (Porto Alegre do Norte); Colônia **Z-20** (Juína); Colônia **Z-21** (Peixoto de Azevedo), tendo como municípios sob sua jurisdição e algumas capatazias, formas de controle e de administração das mesmas. Algumas delas foram criadas mas não se mantiveram e atualmente se encontram desativadas, a exemplo da Z6, Z12, Z15.

Figura 2 - Mapa das colônias de pescadores e capatazias do estado de Mato Grosso.

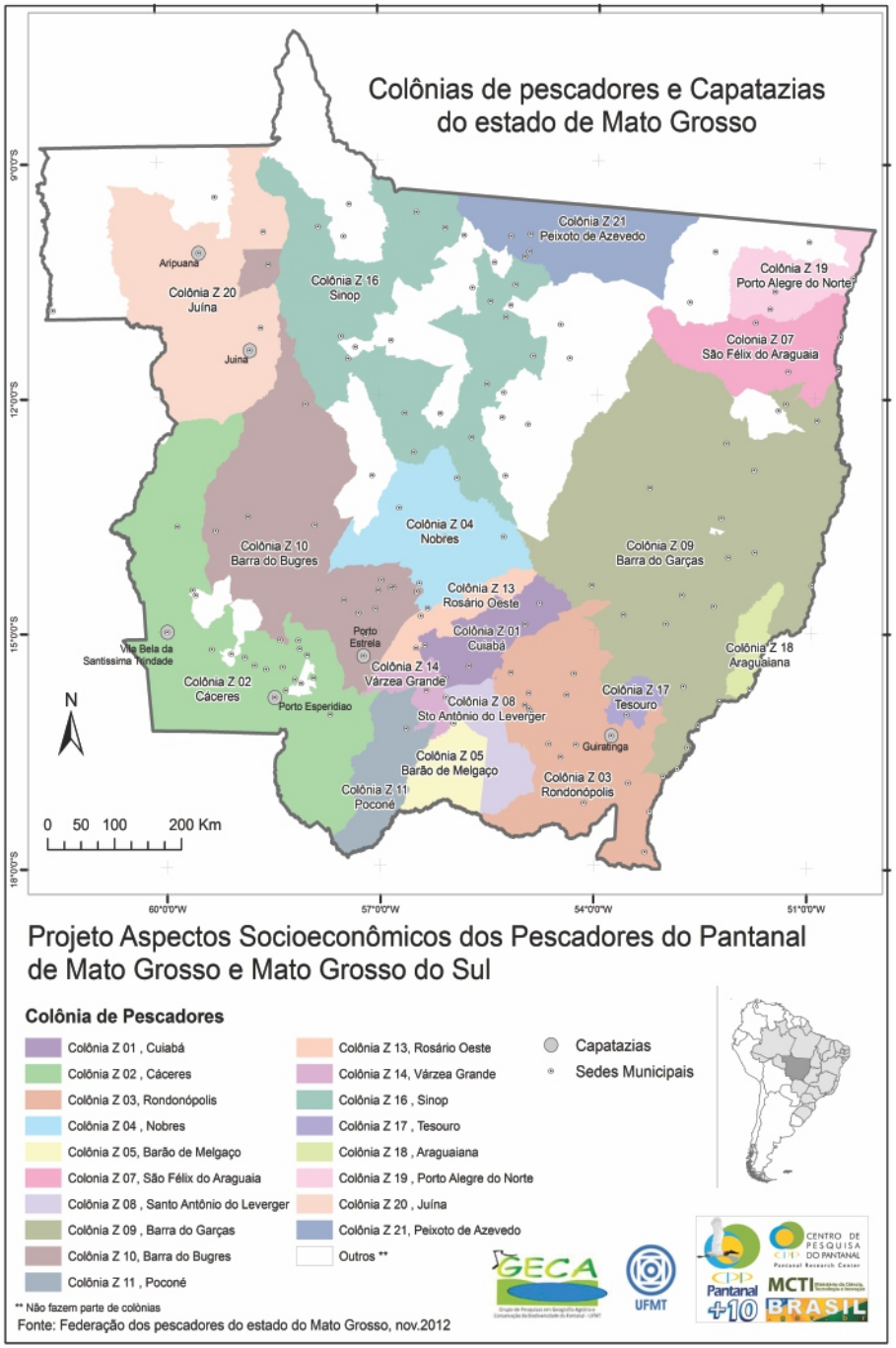


Tabela 1 – Número de Pescadores da Bacia do Alto Paraguai - BAP, que pertencem a uma Associação ou Colônia

Município	Pescadores		Faz parte de alguma associação ou colônia			
			Sim		Não	
Acorizal	86	2,0%	85	98,8%	1	1,2%
Barão de Melgaço*	1154	26,6%	1122	97,2%	32	2,8%
Barra do Bugres	191	4,4%	190	99,5%	1	0,5%
Cáceres*	438	10,1%	404	92,2%	34	7,8%
Chapada dos Guimarães	27	0,6%	25	92,6%	2	7,4%
Cuiabá	494	11,4%	483	97,8%	11	2,2%
Denise	1	0,0%	1	100,0	0	0,0%
Juscimeira	1	0,0%	1	100,0%	0	0,0%
Lambari D'Oeste*	1	0,0%	1	100,0%	0	0,0%
Lucas do Rio Verde	1	0,0%	1	100,0%	0	0,0%
Mirassol D'Oeste	1	0,0%	1	100,0%	0	0,0%
Nobres	72	1,7%	72	100,0%	0	0,0%
Nossa Senhora do Livramento*	10	0,2%	10	100,0%	0	0,0%
Nova Olímpia	8	0,2%	8	100,0%	0	0,0%
Poconé*	248	5,7%	244	99,2%	2	0,8%
Porto Estrela	33	0,8%	33	100,0%	0	0,0%
Rondonópolis	281	6,0%	248	95,0%	13	5,0%
Rosário Oeste	179	4,1%	177	98,9%	2	1,1%
Salto do Céu	2	0,0%	2	100,0%	0	0,0%
Santo Antônio de Leverger*	519	12,0%	511	98,5%	8	1,5%
Sorriso	1	0,0%	1	100,0%	0	0,0%
Tangará da Serra	4	0,1%	4	100,0%	0	0,0%
Torixoréu	1	0,0%	1	100,0%	0	0,0%
Várzea Grande	807	14,09%	589	97,0%	18	3,0%
Total	**4338**	**100,0%**	**4214**	**97,1%**	**124**	**2,9%**

Fonte: Mateus, L.; Silva, S.; Costa, R. M. 2010. Relatório Final do Censo Estrutural da Pesca da BAP, MT. Organizado pelo Grupo de Pesquisas em Geografia Agrária e Conservação da Biodiversidade do Pantanal – GECA/UFMT

Os dados demonstram que 97,1% dos pescadores da Bacia do Alto Paraguai integram Colônias de Pescadores (Tabela 1). A referida forma de organização social legitima a cidadania por meio da participação da classe como sociedade civil organizada, viabilizando sua inserção nas instâncias decisórias enquanto agente de mudanças, contribuindo para a criação de políticas públicas emancipatórias.

Desde sua criação em 2003, ainda SEAP/PR, o MPA (Ministério da Pesca e Aquicultura), como órgão de formulação, coordenação e implementação de políticas e diretrizes para o desenvolvimento e fomento das atividades de pesca e aquicultura, tem articulado atores e ações com vistas a atingir esses objetivos.

Entre os pescadores da BAP, 31,5% encontram-se na faixa etária entre 41 e 50 anos e 24,8% estão entre 51 e 60 anos, observa-se também acentuada diminuição na faixa etária considerada jovem entre 18 e 30 anos de 12,3% (Tabela 2). Tais indicadores evidenciam que os pescadores mais jovens estão buscando outras alternativas econômicas e a pesca como alternativa profissional está sendo praticada por adultos e pessoas mais idosas.

As faixas etárias dos pescadores profissionais artesanais evidenciam que é crucial investir na promoção da autonomia e da vida saudável desse grupo social, assim como prover atenção adequada às suas necessidades via políticas públicas adequadas a pessoas que nem sempre conhecem seus direitos e demonstram dependência do Estado.

Tabela 2 - Faixa Etária dos Pescadores Profissionais Artesanais da BAP.

Município	Pescadores		Pessoas com Idade de 14 a 17 anos		Pessoas com Idade de 18 a 30 anos		Pessoas com Idade de 31 a 40 anos		Pessoas com Idade de 41 a 50 anos		Pessoas com Idade de 51 a 60 anos		Pessoas com Idade de 61 a 70 anos		Pessoas com Idade acima de 70 anos	
Acorizal	86	2,0%	0	0,0%	7	8,1%	23	26,7%	33	38,4%	19	22,1%	3	3,5%	0	0,0%
Barão de Melgaço*	1154	26,6%	0	0,0%	264	22,9%	317	27,5%	305	26,4%	222	19,2%	33	2,9%	13	1,1%
Barra do Bugres	191	4,4%	0	0,0%	20	10,5%	48	25,1%	64	33,5%	44	23,0%	15	7,9%	0	0,0%
Cáceres*	438	10,1%	2	0,5%	37	8,4%	94	21,5%	161	36,8%	119	27,2%	21	4,8%	3	0,7%
Chapada dos Guimarães	27	0,6%	0	0,0%	3	11,1%	7	25,9%	9	33,3%	7	25,9%	1	3,7%	0	0,0%
Cuiabá	494	11,4%	3	0,6%	30	6,1%	98	19,8%	179	36,2%	146	29,6%	32	6,5%	2	0,4%
Denise	1	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	1	100,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Juscimeira	1	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	1	100,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Lambari D'Oeste*	1	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	1	100,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Lucas do Rio Verde	1	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	1	100,0%	0	0,0%	0	0,0%
Mirassol D'Oeste	1	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	1	100,0%	0	0,0%	0	0,0%
Nobres	72	1,7%	0	0,0%	2	2,8%	18	25,0%	25	34,7%	24	33,3%	3	4,2%	0	0,0%
Nossa Senhora do Livramento*	10	0,2%	0	0,0%	0	0,0%	3	30,0%	2	20,0%	4	40,0%	1	10,0%	0	0,0%
Nova Olímpia	8	0,2%	0	0,0%	0	0,0%	2	25,0%	4	50,0%	2	25,0%	0	0,0%	0	0,0%
Poconé*	246	5,7%	0	0,0%	26	10,6%	58	23,6%	74	30,1%	61	24,8%	22	8,9%	5	2,0%
Porto Estrela	33	0,8%	0	0,0%	1	3,0%	10	30,3%	11	33,3%	7	21,2%	4	12,1%	0	0,0%
Rondonópolis	261	6,0%	0	0,0%	26	10,0%	77	29,5%	86	33,0%	61	23,4%	9	3,4%	1	0,4%
Rosário Oeste	179	4,1%	0	0,0%	12	6,7%	52	29,1%	71	39,7%	41	22,9%	2	1,1%	0	0,0%
Salto do Céu	2	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	2	100,0%	0	0,0%	0	0,0%
Santo Antônio de Leverger*	519	12,0%	3	0,6%	56	10,8%	150	28,9%	152	29,3%	115	22,2%	38	7,3%	2	0,4%
Sorriso	1	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	1	100,0%	0	0,0%	0	0,0%
Tangará da Serra	4	0,1%	0	0,0%	1	25,0%	1	25,0%	2	50,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Torixoréu	1	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	1	100,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Várzea Grande	607	14,0%	1	0,2%	47	7,7%	125	20,6%	186	30,6%	200	32,9%	42	6,9%	2	0,3%
Total	**4333**	**100,0%**	**9**	**0,2%**	**532**	**12,3%**	**1084**	**25,0%**	**1367**	**31,5%**	**1077**	**24,8%**	**226**	**5,2%**	**28**	**0,6%**

Fonte: Mateus, L.; Silva, S.; Costa, R. M. 2010. Relatório Final do Censo Estrutural
da Pesca da BAP, MT. Organizado pelo Grupo de Pesquisas em Geografia Agrária e Conservação da Biodiversidade do Pantanal – GECA/UFMT

3 - TRAJETÓRIAS CONSTRUÍDAS NO CAMINHAR

Os procedimentos metodológicos que apoiaram a construção da metodologia de trabalho estão centrados na pesquisa participante ou pesquisa-ação, caracterizada como um processo eminentemente interativo que considera fundamental a análise da qualidade da ação entre os sujeitos que dela participam bem como o exercício contínuo expresso pelo planejamento; ação; reflexão; pesquisa; ressignificação e replanejamento (BARBIER, 2002; THIOLLENT, 2005). Tais etapas relacionadas entre si, remetem à ações cada vez mais ajustadas às necessidades coletivas e novas reflexões.

Segundo Thiollent (2005), essa tipologia exige que os pesquisadores desempenhem um papel ativo no equacionamento das dificuldades encontradas, no acompanhamento e na avaliação das ações desencadeadas. Dessa interação resulta a ordem de prioridade dos problemas a serem discutidos e as soluções a serem encaminhadas sob a forma de ações concretas.

Nessa perspectiva, os atores locais representam sujeitos protagonistas do contexto e os conhecimentos e valores que permeiam suas práticas sociais são os principais indicadores que facilitam a organização e a criação de uma rede, na qual deve imperar o desejo da emancipação individual e coletiva, onde todos se expressam buscando superar os impedimentos objetivos e subjetivos à comunicação livre.

Assim, o diálogo entre os atores sociais configurou-se à partir das etapas, a saber:

Etapa 1 – Capacitação interna dos pesquisadores; diálogo preparatório com as instituições governamentais e com os pescadores

Foram realizadas diversas reuniões e sete oficinas sendo que, a primeira envolveu pesquisadores e pescadores com o objetivo de apresentar a proposta de investigação e sensibilizar os pescadores à respeito do projeto. Os temas elencados pelo grupo nesse momento foram: **Alternativas econômicas; privatização das margens dos rios; diminuição do pescado; poluição dos rios e políticas públicas** direcionadas aos Pescadores Profissionais Artesanais do Pantanal.

Na sequência, os pesquisadores foram capacitados sobre as técnicas utilizadas e por fim, na penúltima reunião, os pesquisadores convidaram as instituições públicas com o objetivo de prepará-las para participarem da oficina.

Figura 3 - Reunião realizada por integrantes do grupo GECA em junho/2011.

Instituições Participantes das Oficinas em Bonsucesso:

UFMT - Universidade Federal de Mato Grosso
MPA - Ministério da Pesca e Agricultura
SECID/MT - Secretaria de Estado de Cidades de Mato Grosso
SECOPA - MT - Secretaria de Estado da Copa do Mundo
COORIMBATÁ - Cooperativa de Artesãos e Pescadores de Pai André e Bonsucesso/MT
SEMA/MT - Secretaria de Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso
SITECS/UFMT - Sistema Integrado de Inovação Tecnológica Social /UFMT
IFMT - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - MT
SEPLAN - Secretaria de Planejamento do Estado de Mato Grosso
PET - Programa de Educação Tutorial - UFMT
EIT - Escritório de Inovação Tecnológica - UFMT
SEDRAF - Secretaria de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar
Associação dos Pescadores de Bonsucesso
Escola Municipal de Ensino Básico: Maria Barbosa Martins - Bonsucesso
INSS - Instituto Nacional de Seguro Social

Etapa 2 – Convite à Comunidades

Nesse momento os pesquisadores visitaram as colônias de pescadores realizando o convite para o evento **I Workshop "Reunião Participativa: Aspectos Socioeconômicos dos Pescadores do Pantanal Norte"** onde, na ficha de inscrição, foi solicitada a opção por um dos temas já discutidos na etapa 1, assim participaria do evento discutindo com mais profundidade o tema do seu interesse.

Etapa 3 – Realização do I Workshop "Reunião Participativa: Aspectos Socioeconômicos dos Pescadores do Pantanal Norte"

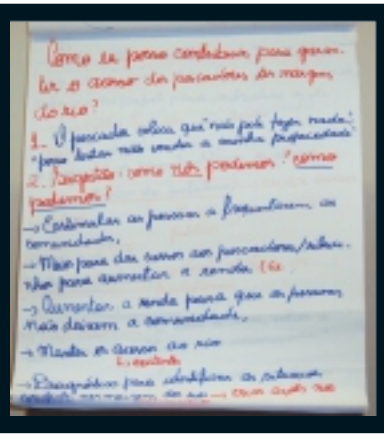
O objetivo central deste momento foi colocar em um mesmo ambiente de discussão os pescadores profissionais artesanais, as instituições governamentais, os pesquisadores e acadêmicos envolvidos ou não com o projeto para elaborar, a partir das demandas dos pescadores profissionais artesanais, planos de ação colaborativos e integrados visando a sustentabilidade socioeconômica e ambiental das comunidades ribeirinhas no pantanal Mato-Grossense.

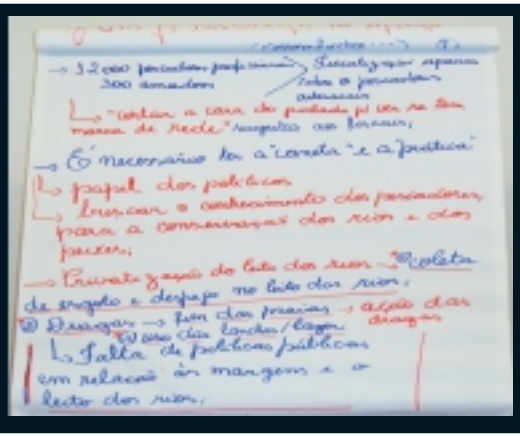
A oficina foi desenvolvida por meio das seguintes ações:

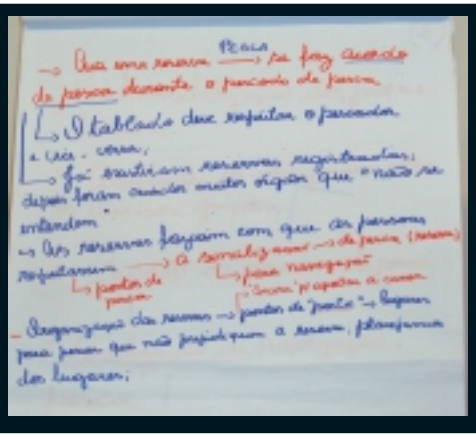
Apresentação - na apresentação foi pedido a cada participante que dissesse seu nome, a entidade a qual pertencia ou representava, a expectativa para o evento e uma qualidade que viesse a contribuir com a reunião;

Organização da sala por grupos temáticos – a presente ação definiu um grupo heterogêneo de atores para discutir os temas já elencados como prioritários nas etapas 1 e 2.

Discussão e Socialização dos Resultados - Os participantes tiveram um tempo determinado para discutir sobre cada uma das perguntas e escrever nos cartazes que foram afixados na parede e disponibilizados para a leitura dos demais participantes. A discussão em plenária delineou as ações que se configuraram como desdobramentos do evento.







O que você sabe sobre.....?
O que mais eu gostaria de saber sobre.....?
O que te incomoda em relação a.....?
Como eu posso contribuir para ...?

4 - DESDOBRAMENTOS DO EVENTO: A AÇÃO CONTINUA...

Etapa 4 - Reuniões Participativas na Comunidade de Bonsucesso com representantes do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) e da Previdência Social (INSS)

O objetivo central foi de esclarecer sobre as formas de acesso dos pescadores às políticas públicas. Estiveram presentes pescadores, comunidade acadêmica, representantes governamentais, não-governamentais, além de instituições parceiras do CPP.

Participação nas Audiências Públicas sobre a Lei de Pesca - (Lei Estadual/MT nº 9794 de 30/07/2012)

Representantes do grupo GECA participaram de duas audiências: em Santo Antônio de Leverger (Figura 4) e Cuiabá objetivando a compreensão do significado da legislação sobre a vida dos pescadores artesanais do pantanal norte, no debate de políticas públicas mais adequadas e justas para essa população importante da Bacia do Alto Paraguai (BAP).

Nesse contexto houve a participação de integrantes da rede pesca do CPP, na discussão e produção de um documento intitulado "Implicações da Lei Estadual MT nº 9794 de 30/07/2012 sobre a Pesca e Conservação dos Recursos Pesqueiros", divulgado em vários sítios da internet, com algumas considerações sobre a gestão da pesca e a conservação dos recursos pesqueiros face às implicações desta Lei. No documento são apresentadas questões de forma introdutória sobre vários temas dentre eles destacam-se: recursos pesqueiros, tendências atuais de manejo de recursos pesqueiros e a necessidade de respaldo em estudos técnico-científicos, no monitoramento desses recursos e do ambiente, que de certa forma é realizado pelas diferentes modalidades de pesca, fatores naturais e antrópicos (causados pelo homem que influenciam no rendimento da pesca, a concentração de pesca sobre poucas espécies (apenas oito espécies dentre as 270 identificadas na BAP) em função de normas conservadoras e do mercado, mas aponta a existência de espécies abundantes e que estão subaproveitadas pela pesca profissional artesanal.

Figura 4 - Audiência Pública realizada na Câmara Municipal de Santo Antônio de Leverger em outubro/2012.

5 - DIFICULDADES DA PESCA PROFISSIONAL ARTESANAL NA VOZ DOS PESCADORES

Na perspectiva dos pescadores, os aspectos mais preocupantes no atual momento histórico são: a diminuição do pescado, a poluição e privatização das margens dos rios, a manutenção da base econômica e as políticas públicas. Observa-se que as gerações mais jovens não almejam continuar como pescadores e que tal profissão encontra-se nas mãos de pessoas na

faixa etária de 40 anos ou mais, não raro acompanhadas de crianças que abandonam a escola, participando, junto a familiares, da pesca embarcada.

Durante o I Workshop “Reunião Participativa: Aspectos Socioeconômicos dos Pescadores do Pantanal Norte”, dentre os temas elencados destacam-se os expostos nos quadros a saber:

Quadro 1 - Problemáticas apontadas pelos Pescadores Profissionais Artesanais do Pantanal-Norte.

Temas	O que eu sei sobre....	O que mais eu gostaria de saber sobre...	O que te incomoda em relação a...
Alternativas Econômicas	- “Outra forma de ganhar dinheiro”; - “Uma forma de adquirir dinheiro é através da pesca e da gastronomia”; - “A profissão de pescador é só 'aquilo', não se pode ter alternativas, pois se você tiver pode perder a carteirinha!”; - “O benefício pago aos ribeirinhos durante a piracema é muito pouco e para conseguir ainda precisa comprovar a renda, se for 350 reais você já perde esse benefício”;	- “Quero saber sobre a lei, até onde ela impede que o pescador busque um complemento a sua renda;” - “Precisamos saber mais sobre as linhas de crédito existentes para os pescadores”;	-“O que incomoda é não ter alternativas econômicas”; - “A limitação dos pescadores por causa das leis”; - “Demora na liberação de recursos durante a Piracema”;
Diminuição do Pescado	Ocorre devido à: - Atividades de Turismo desordenado; - Atividades de mineração no leito do rio (Draga) - Diminuição da vazão do rio por atividades produtivas; - Pesca predatória com utilização de redes, tarrafas, ganchos, espinhel; - Utilização de cevas fixas; - Desregularização da vazão do rio após operação da Usina de Manso; - Alternativas da qualidade da água (física,	- Reservas pesqueiras das bacias do Pantanal; - Dados/ Informações da quantidade de turista por mês/ano; - Estudo sobre a medida (tamanho) ideal de pescado; - Melhorias de políticas públicas de fiscalização de pescado; - Estudo sobre o desequilíbrio cadeia alimentar) de jacarés e piranhas; - Legislação que disciplina o	- Aumento no preço dos peixes; - Aumento da pesca predatória; - Desemprego dos pescadores; - Diminuição das colônias de pescadores; - Aumento da criminalidade nas localidades tradicionalmente pesqueiras; - Desvalorização dos imóveis da região; - A preocupação com as comunidades tradicionais que realmente dependem do rio para o sustento da família;
Diminuição do Pescado	química, geológica) com resíduos e afluentes domésticos e industriais; - Ocupação desordenada nas margens e nas cabeceiras dos rios; - Atividades agropecuárias, uso desordenado de agrotóxicos e falta de manejo adequado ao solo; - Ausência do Estado em Políticas Públicas (tratamento de esgoto, assoreamento do rio); - Pesca predatória - Privatização das margens dos rios - Grande potência dos motores de barcos; - Assoreamento dos rios devido à presença de dragas; - Falta de fiscalização;	funcionamento de usinas hidrelétricas; - Qual a consequência ambiental e econômica da soltura de alevinos nos rios; - Organização dos sistemas de fiscalização pelos órgãos competentes; - A ação das dragas durante a piracema, diminui a quantidade de pescado? - Quando as comportas da hidrelétrica do Manso são abertas, para onde vai o peixe?	- Falta de alternativas complementares de renda; - Falta de monitoramento na piracema; - Falta de políticas públicas voltada para o pescador;
Privatização das margens dos rios	- “Os proprietários de chácaras e fazendas constroem tablados e proíbem o acesso dos cidadãos e pescadores às margens dos rios, alegam que a terra pertence a eles, diminuindo as áreas de pesca”; - “Os turistas compram terras dos ribeirinhos que vendem o seu sustento, porém os ribeirinhos não se adaptam para onde vão e acabam retornando e passam a morar nas terras de parentes, viram empregados”; - “O turista que pesca da forma que está sendo implantada não movimenta a economia local, eles vêm pescar, enche o barco de bebidas e alimentos que compram na cidade e depois ainda deixam o lixo para trás”; - “A nossa preocupação é que não ocorra mais a venda de lotes”; - Em Praia Grande, uma rua de acesso ao rio foi comprada, mas a comunidade resistiu ao fechamento da rua,	- Existe lei para evitar isso? Quais? - “A tradição irá sumir, pois os ribeirinhos estão acabando, precisamos saber, o que podemos fazer pelos ribeirinhos para que eles não vendam as suas terras”? - “Temos a posse da terra, mas, não temos a escritura”, sem isso os ribeirinhos não tem o acesso à aposentadoria pois não têm como provar que vivem da terra, não conseguem financiamentos. Como obter as escrituras de terras?	- A migração dos pescadores ribeirinhos para a cidade, trabalhando como empregados ou ficando sem emprego; - Falta de aplicação das legislações;

	destruindo o muro e os portões do fechamento, resultando na liberação da rua por iniciativa da prefeitura de Várzea Grande; - Hoje em Praia Grande, existem dois acessos públicos para o rio, resultado da mobilização dos moradores em ter esses acessos; - Em Bom Sucesso não há acessos públicos ao rio, mas o acesso privado é liberado para a comunidade; - Em Pai André existe uma rua que passa bem na beira do rio, o que proporciona o acesso ao rio para a população; - Em Vale Verde só possui acesso quem pertence à comunidade, neste caso, a privatização foi realizada pela própria comunidade; - É citado que o mesmo problema começa a ocorrer em Sinop; - No município Santo Antônio de Leverger, a situação está mais complicada, com pesqueiros de posse de não ribeirinhos tradicionais; - Em apenas uma propriedade existem 40 tablados de pesca; - Existe uma preocupação da comunidade em que os acessos ao rio fiquem sob a posse apenas de turistas;		

Fonte: Reunião Participativa: Aspectos Socioeconômicos dos Pescadores do Pantanal Norte
Org. ROSSETTO, Onélia Carmem. Out.2011
*Afirmações entre " " significam a transcrição direta das falas dos entrevistados.

O perfil da atividade da pesca artesanal no Pantanal Mato-grossense vem se modificando em decorrência de novas demandas sociais e econômicas. O referido processo, na maioria das vezes não é administrado pelo poder público de forma participativa envolvendo as comunidades na tomada de decisões.

A partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, os pescadores artesanais conquistaram avanços quanto aos direitos sociais e políticos, quando as colônias de pescadores foram equiparadas aos sindicatos de trabalhadores rurais. Atualmente, consolida-se como associação ou sindicato dos pescadores e desempenha como funções a legitimação dos pescadores via Registro Geral da Pesca (RGP) por meio do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), que possibilita aos pescadores profissionais o direito ao seguro desemprego no valor equivalente a um salário mínimo no período da piracema, palavra de origem tupi, que significa "saída dos peixes para a desova" e que corresponde a 04 meses onde a pesca torna-se proibida por lei.

O defeso da piracema é determinado pela Lei n° 7.679, de 23 de novembro de 1988, e estabelecido anualmente pelo IBAMA, com a colaboração de órgãos, instituições e associações envolvidas com a pesca em cada bacia hidrográfica, que no caso em estudo, pertence à Bacia Hidrográfica do rio Paraguai, em geral do início de novembro a fins de fevereiro do ano seguinte.

No período da piracema, com a proibição da pesca, os trabalhadores que dela sobrevivem permanecem no subemprego, recebendo seguro-desemprego do poder público. Esse período é marcado pela ausência de trabalho, diminuição da renda e alterações na vida cotidiana. Isto causa uma grande dependência dos pescadores em relação ao Estado e possibilita ações predatórias posto que o benefício recebido do poder público e a diminuição da oferta de trabalho na região são fatores que contribuem de forma negativa para o incremento da renda familiar (MACEDO, 2002).

Os resultados apontam que a situação dos pescadores artesanais no Pantanal Norte caracteriza-se pela incerteza da continuidade dessa atividade econômica. Tal fato deve-se, inicialmente, pelo desconhecimento da legislação sobre a sua condição de pescador. Para alguns, a carteirinha de pescador significa a proibição do exercício de qualquer outra atividade econômica, inclusive o plantio das roças caseiras e a criação de

pequenos animais que por muito tempo colaboraram para a manutenção das famílias. Por outro lado, o poder público é visto como agente fiscalizador que, a qualquer tempo, pode cancelar o único documento que legitima essa profissão e garante o seguro desemprego na época da piracema.

6 - CAMINHOS EM CONSTRUÇÃO

Analisar as estratégias de reprodução social dos pescadores artesanais em toda sua complexidade representa um imenso percurso a ser desvendado. Na medida em que melhor se revelam os fatores que direta ou indiretamente incidem em aspectos do comportamento econômico e social das famílias de pescadores artesanais, objeto de estudo deste trabalho, mais evidente torna-se o papel do Estado, seja através de políticas públicas gerais como a previdência social ou benefícios do seguro-desemprego, ou específicas.

Os atores sociais que vivenciam os problemas no cotidiano, apontam caminhos que poderão subsidiar tais politicas conforme quadro 2.

Quadro 2 - Soluções Apontadas pelos Pescadores Profissionais Artesanais do Pantanal-Norte.

Temas	Ações para amenizar/resolver o problema
Alternativas Econômicas	- Levantamento/diagnóstico da situação das famílias; - Estimular o desenvolvimento das atividades relacionadas ao turismo; - Verificar formas de organização das mulheres e possibilidade de acesso ao crédito/microcrédito; - Identificar os problemas/Elaborar soluções e capacitar os pescadores; - Apurar se a lei é justa e como pode ser melhorada; - Apoiar a agricultura de subsistência; - Buscar parcerias com instituições; - Proibir chácaras nas margens do rio, o rio é livre; respeitar as leis de APP; - Diminuir a burocracia na SEAP; - Facilitar o acesso ao seguro desemprego; - Orientar melhor os pescadores sobre a legislação que impede ou não o desenvolvimento de outras atividades; - Rever a aplicação restritiva da política de pesca que está sendo inadequada; - “Divulgar a legislação. Fazer oficina por exemplo”; - “Realizar diagnóstico das famílias, para se levantar um perfil e identificar o potencial econômico”; - “Buscar a real situação das linhas de crédito e verificar a lei”; - “Lutar por financiamentos através de projetos”; - “Participar mais da Colônia de pescadores, das associações”; - “Realizar diagnóstico das famílias, para se levantar um perfil e identificar o potencial econômico”.
Diminuição do Pescado	- Escutar os pescadores, pois eles conhecem a realidade e têm experiência por estarem todos os dias no rio; as colônias dos pescadores deveriam ser mais ouvidas pelos conselhos competentes; - Respeito ao pescador; - Comunicar o pescador sobre o tempo da piracema; - Participação dos pescadores nos Órgãos Públicos; - Rever o tempo da piracema (Reunir os pescadores para ver o tempo ideal para a piracema); - Realizar pesquisas sobre: a situação dos peixes em nossos rios; capacidade de suporte do turismo de pesca em nossos rios; alternativas econômicas para os pescadores e suas famílias; - Preservar os rios, evitando jogar lixo; - Evitar a pesca predatória; - Não desmatar as margens dos rios; - Levar mais informações aos ribeirinhos sobre a conservação ambiental; - Pescar dentro das normas propostas pela lei em vigor; - “Ensinar todas essas lições aos nossos filhos”; - Contribuir denunciando as irregularidades praticadas em desconformidade com a lei; - Propor medidas mitigadoras e de sugestões sobre uma política pública de fiscalização através de associação e de colônias de pescadores; - Melhorias de políticas públicas de fiscalização de pescado; - Conhecer a legislação que disciplina o funcionamento de usinas hidrelétricas; - Avaliar a consequência ambiental e econômica da soltura de alevinos nos rios; - Organização dos sistemas de fiscalização pelos órgãos competentes.
Privatização das margens dos rios	- “A SEMA deveria resolver este problema fiscalizando, é preciso criar uma política urbana que beneficie a todos”; - Reativar as Reservas de Pesca; - “ Lutar para manter os acessos existentes às margens dos rios”; - “Temos que realizar um levantamento para identificar a realidade e encaminhar para as autoridades (tomar conhecimento) para isso temos que saber da situação atual, temos que ter um referencial técnico escrito (documentado)”; - “Deve ter mais união, sensibilizar os donos de propriedades que restringem o acesso aos rios para a situação do pescador”; - Incentivar a economia nas comunidades, auxiliando na permanência das pessoas nesses locais; - Criação de acessos públicos, a partir daqueles existentes; - Integração dos diversos atores envolvidos; - Acordo de Reservas de Pesca durante o período de defeso; - Necessidade de instituições públicas com atuação e comprometimento com os problemas que ocorrem com os pescadores; - “Existe lei para evitar isso? Quais?” - “A tradição irá sumir, pois os ribeirinhos estão acabando, precisamos saber, o que podemos fazer pelos ribeirinhos para que eles não vendam as suas terras, regularização fundiária?”

	- “Temos a posse da terra, mas não temos a escritura, sem isso os ribeirinhos não têm o acesso a aposentadoria pois não têm como provar que viveu da terra, não conseguem financiamentos. Precisamos aprender como obter as escrituras das terras...”.

Fonte: Reunião Participativa: Aspectos Socioeconômicos dos Pescadores do Pantanal Norte
Org. ROSSETTO, Onélia Carmem. Out.2011
*Afirmações entre “ “ significam a transcrição direta das falas dos entrevistados’’.

Apesar da pesca ser uma atividade dependente de ações do governo federal, é imprescindível a atuação dos governos municipais e estaduais, pois estão próximos da realidade local e, muitas vezes, pela fragilidade da gestão pública, não contribuem para o ordenamento e aprimoramento desse aspecto da base econômica dos municípios pantaneiros.

7 - CONHECENDO AS POLÍTICAS PÚBLICAS

Segundo o MPA (BRASIL, 2012) as políticas públicas voltadas aos pescadores artesanais são:

Centros Integrados da Pesca Artesanal - CIPAR - são infraestruturas de pequeno e médio porte, destinadas a apoiar as atividades de movimentação, beneficiamento, armazenamento e comercialização de pescados, incluindo também as ações de capacitação e qualificação profissional de pescadores artesanais e de aquicultores familiares.

Apoio: à Organização Produtiva de Trabalhadoras da Pesca; a Pequenos Empreendimentos na Pesca Artesanal; à Cadeia Produtiva – Fábricas de Gelo, Caminhões Frigoríficos, Caminhões Feira.

Programa Pescando Letras: visa promover a inclusão social dos pescadores e pescadoras profissionais e aquicultores e aquicultoras familiares. Por meio de um documento contendo a Proposta Pedagógica para a Alfabetização de Pescadores.

Cursos Técnicos Integrados em Pesca e Aquicultura Apoio a Organização de Fóruns de Gestão da Pesca; Capacitação de Pescadores (as) e Organizações do Setor.

Telecentros: são voltados à população das comunidades pesqueiras, nas quais o acesso às tecnologias de informação e comunicação é escasso e de alto custo, visando qualificar a profissão de pescadora e pescador artesanal; Ter uma rede nacional de comunicação e educação através da informática; proporcionar melhoria do perfil técnico nas comunidades, aumentando a possibilidade de empregabilidade; capacitar jovens do meio pesqueiro na área de assistência técnica em informática; capacitar educadores - multiplicadores para a inclusão digital; estimular a absorção de novas tecnologias.

Para ter acesso a essas políticas o Ministério da Pesca exige que o solicitante comprove que é pescador ou pescadora profissional artesanal através do Registro Geral da Pesca (RGP). Com o RGP, o pescador ou pescadora profissional artesanal tem acesso aos programas sociais do Governo federal, como microcrédito, assistência social e o seguro desemprego (que é pago nos meses do Defeso).

As políticas de incentivo ao crédito são divididas em três linhas:

Linhas de investimento: Destinam-se a aplicações em projetos de investimento.

Linhas de custeio: Destinam-se a cobrir despesas correntes dos ciclos produtivos.

Linhas de comercialização: auxiliam os produtores da pesca e aquicultura no exercício das atividades comerciais, oportunizando a comercialização de seus produtos em momentos de preços mais adequados.

As Políticas de Incentivo ao Crédito destinadas aos pescadores, aquicultores (maricultores, piscicultores e outros), cooperativas e associações do MPA estão citadas nos quadros a seguir:

Pequeno produtor:

CUSTEIO: Pronaf Microcrédito Produtivo Pesca e Aquicultura; Pronaf Mulher Microcrédito Produtivo Pesca e Aquicultura; Pronaf Pesca e Aquicultura Familiar.

INVESTIMENTO: Pronaf mulher Pesca e Aquicultura; Pronaf Jovem Pesca e Aquicultura; Pronaf Pesca e Aquicultura Agroindústrias Familiares; Pronaf Mais Alimentos.

CUSTEIO E COMERCIALIZAÇÃO: Pronaf Pesca e Aquicultura Agroindústrias Familiares;

INVESTIMENTO E CUSTEIO: Pronaf Pesca e Aquicultura Cotas-Partes.

Médio e Grande produtor: Moderagro Investimento; Prodecoop Investimento, Beneficiamento e Comercialização; Pronamp Custeio e Investimento; Procap-Agro Investimento; Linha Tradicional Pesca e Aquicultura; Linha de Comercialização Pesca e Aquicultura.

Segundo o MPA, os procedimentos e exigências para acesso ao Pronaf e demais linhas são os seguintes:

- Aos que pleiteiam os recursos do Pronaf, é exigida a Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP e o Registro Geral de Pesca – RGP. Ambos podem ser emitidos pelo Ministério da Pesca e Aquicultura, por meio de suas Superintendências Federais nos Estados; à pessoa jurídica poderá ser concedida uma DAP especial, desde que ela seja constituída exclusivamente por pescadores e/ou aquicultores;
- Para as demais linhas, é suficiente o Registro Geral de Pesca - RGP, emitido pelo Ministério da Pesca e Aquicultura, por meio de suas Superintendências Federais nos Estados;

Agentes operadores - Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Banco da Amazônia, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e Cooperativas de Crédito.

Em relação ao acesso a financiamentos, observou-se entre os pescadores o desconhecimento das linhas de crédito das quais podem se beneficiar, entre elas o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento à Agricultura Familiar).

O PRONAF é uma política pública voltada aos agricultores familiares, **pescadores artesanais** e aquicultores bem como suas organizações que tem como objetivo geral "propiciar condições para o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria da renda, contribuindo para melhoria de vida e a ampliação do exercício de cidadania..." (BRASIL, 2012).

Foi por meio da luta organizada dos pescadores e pescadoras artesanais, que se tornou possível estender esse benefício a essa categoria a partir de 1997.

São beneficiários do Pronaf os pescadores profissionais artesanais que se dediquem à atividade com fins comerciais como autônomos, com meios de produção próprios ou em regime de parceria com pescadores igualmente artesanais.

Também os aquicultores que explorem área não superior a 2 (dois) hectares de lâmina d'água ou ocupem até 500m^3 (quinhentos metros cúbicos) de água, quando a exploração se efetivar em tanque- rede.

Para obter o financiamento o pescador profissional artesanal deve ter a **DAP - Declaração de Aptidão ao Pronaf**.

A DAP é instrumento obrigatório que identifica pescadores e aquicultores e/ou suas formas associativas organizadas como pessoas jurídicas que estejam aptos a realizar operações de crédito rural ao amparo do PRONAF. Poderão emitir a DAP, as entidades credenciadas junto ao Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Para o acesso a DAP além da documentação do Titular e Cônjuge (CPF, Identidade, Carteira de Trabalho), os documentos das Propriedades (Escritura ou Contratos) é necessária a comprovação renda bruta familiar nos últimos 12 meses que antecedem a solicitação da DAP até R$ 110 mil, incluída a renda proveniente de atividades desenvolvidas no estabelecimento e fora dele, por qualquer componente da família, excluídos os benefícios sociais e os proventos previdenciários decorrentes de atividades rurais e não mantenham mais do que dois empregados permanentes.

8 - O PESCADOR PROFISSIONAL ARTESANAL E A PREVIDÊNCIA SOCIAL

São direitos previdenciários do pescador: auxílio doença; aposentadoria por invalidez; salário maternidade; aposentadoria por idade. Dos seus dependentes são direitos previdenciários: auxílio reclusão e pensão por morte.

Para o INSS, o pescador artesanal é aquele que trabalha individualmente ou em regime de economia familiar, fazendo da pesca sua profissão habitual ou meio principal de vida, sem empregados, podendo ter auxílio eventual de terceiros, desde que não utilize embarcação, ou utilize até seis toneladas de arqueação bruta, ainda que com auxílio de parceiro.

Os dependentes dos Pescadores Artesanais são:

i - o cônjuge, a companheira, o companheiro e o filho não emancipado de qualquer condição, menor de 21 anos ou inválido. Concorrem entre si em igualdades de condições;

ii - os pais, ou

iii - irmão não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 anos ou inválido.

A existência de dependente em qualquer uma das classes exclui do direito os dependentes das classes seguintes.

O **Auxílio Doença** é um benefício de curta duração que é concedido ao Pescador por Doença ou Acidente que o incapacite para o exercício pleno de suas atividades. Há Doenças que não impedem o exercício da atividade e que podem ser controladas com medicamentos.

A **Aposentadoria por Invalidez** é um benefício de longa duração concedido ao Pescador cuja enfermidade incapacite permanentemente para o exercício da atividade de Pescador Artesanal. A aposentadoria Por Invalidez é uma benefício que vem depois do Auxílio Doença.

O **Salário Maternidade** é um benefício com duração de 120 dias concedido à Pescadora Artesanal do sexo Feminino pelo nascimento de filho (a). Para a concessão deste benefício exige-se o mínimo de 10 Meses de exercício da pesca anterior ao parto.

A **Aposentadoria por Idade** é um benefício concedido aos Pescadores Artesanais com idade de 60 anos para os de sexo Masculino e idade de 55 para as do sexo Feminino. Exige-se como carência mínima 15 Anos de dedicação exclusiva a Pescaria Artesanal com registro.

O **Auxílio Reclusão** é um benefício de curta duração concedido aos DEPENDENTES do Pescador(ora) que esteja recluso em regime fechado. Este benefício não exige carência mínima. No caso o dependente do pescador recluso só precisa comprovar que o recluso era pescador antes de ser preso.

A **Pensão por Morte** é um benefício de curta ou longa duração concedido aos DEPENDENTES do Pescador(ora) que tenha falecido. Este benefício não exige carência mínima. No caso o dependente do pescador falecido só precisa comprovar que ele(a) era pescador antes do óbito.

9 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os maiores desafios da pesca artesanal estão relacionados à participação dos pescadores nas organizações sociais, ao alto grau de analfabetismo e baixa escolaridade, ao desconhecimento da legislação na base, aos mecanismos de gestão compartilhada e participativa da pesca. As políticas públicas de apoio e de fomento à atividade pesqueira artesanal poderiam ser caracterizadas como mecanismos de suporte à diversidade de alternativas e, ou, estratégias de reprodução social, cultural e econômica, na medida em que possibilitassem a realização de atividades culturais, econômicas e produtivas, considerando as especificidades desse segmento e apropriando-se a elas. Neste sentido, a necessidade de ampliar os benefícios governamentais, deve vir acompanhada de soluções estruturais para a recuperação do setor produtivo, minimizando a dependência dos pescadores em relação aos recursos do Estado.

10 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADÁMOLI, J. Fitogeografia do Pantanal. **Anais.** I Simpósio sobre Recursos Naturais e Sócio-econômicos do Pantanal. Centro de Pesquisa Agropecuária do Pantanal, Corumbá, MS, 1986.

BARBIER, R. **A pesquisa-ação**. Brasília: Plano, 2002.

BRASIL. **Ministério da Pesca e Aquicultura**. Disponível em http://www.mpa.gov.br/ . Acessado em 11/12/2012.

JUNK, W.J., BAYLEY, P. B.; SPARKS, R. E. The Flood Pulse Concept in River-Floodplain-Systems. - **Canadian Special Publications for Fisheries and Aquatic Sciences**, 106: p.110-127, 1989.

LEONEL, M. **A morte social dos rios**. São Paulo: Perspectiva, 1998.

MACEDO, J. M. Sazonalidade e Sustentabilidade na Pesca Profissional de Corumbá. In: ROSSETTO, Onélia Carmem; BRASIL JR., Antonio C. P. (Orgs.). **Paisagens Pantaneiras e Sustentabilidade Ambiental**. Brasília, Ministério da Integração Nacional; Universidade de Brasília, 2002.

MATHEUS, Lucia. **Censo Estrutural da Pesca**, 2010 – Mato Grosso (s.n.t.)

RESENDE, A. T. Pesca artesanal e suas representatividades: FEPERJ e Colônias de pescadores na Baía de Guanabara. **Anais**. XVI Encontro Nacional dos Geógrafos Crise, práxis e autonomia: espaços de resistência e de esperanças - Espaço de Socialização de Coletivos, Porto Alegre, 2010.

SANTOS, M. A.S. **A cadeia produtiva da pesca artesanal no Estado do Pará:** estudo de caso no Nordeste Paraense. Amazônia: Ci. & Desenv., Belém, v.1, n.1, jul. /dez. 2005.

THIOLLENT, M. **Metodologia da Pesquisa-Ação**. São Paulo: Cortez Editora, 2005.